



DIREITO À EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS LEGAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



<https://doi.org/10.56238/levv16n48-045>

Data de submissão: 13/04/2025

Data de publicação: 13/05/2025

Adriano Franzoni Wagner
Christian Business School

Reinaldo Silva dos Santos
Christian Business School

André José dos Santos
Universidad Nacional Del Este – UNE

Sérgio da Silva Pessoa
UNR Universidade Nacional de Rosário

Cristyano Ayres Machado
Universidade Tiradentes

Jacquelyne Martins Renovato
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Francisco Ismael Salvador Rodrigues
UNYLEYA

Sandra Uanne Canela da Mota
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Charlene Quevedo Guareschi
UFSM

Jaine de Andrade do Nascimento
Faculdade Mauá GO

Waldemberg Araújo Bessa
UEMA

Fabio Akira Odate Nascimento
Universidade Federal Rural da

Vilma Suely Duarte de Moraes
Universidade Federal do Amapá

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas legais da educação inclusiva no Brasil, identificando avanços e desafios na implementação das normativas que garantem o direito ao ensino para todos. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva e de campo, com a participação de 17 profissionais da educação, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. Os resultados evidenciaram que, embora o país possua um marco legal avançado, sua aplicação enfrenta desafios como falta de infraestrutura adequada, carência de formação docente, escassez de profissionais de apoio e resistência cultural à inclusão. Além disso, identificou-se que a fiscalização e a aplicação das políticas públicas ainda são deficientes, comprometendo a efetivação da inclusão escolar. No entanto, também foram observadas experiências bem-sucedidas, demonstrando que o comprometimento da gestão escolar e o investimento em metodologias pedagógicas inclusivas são fundamentais para o sucesso da inclusão. Conclui-se que, para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário um esforço conjunto entre governo, escolas, professores, famílias e sociedade, assegurando maiores investimentos, formação continuada e ações de conscientização, de modo que o direito à educação seja plenamente efetivado para todos.

Palavras-chave: Educação. Direito. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e um dos pilares essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. Garantir o acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou econômicas, é um desafio global que requer a implementação de políticas públicas eficazes e marcos legais sólidos. O direito à educação não se limita apenas à oferta de vagas em instituições de ensino, mas também envolve a promoção de um ambiente inclusivo, capaz de atender às necessidades de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Assim, a inclusão educacional se configura como um princípio fundamental para assegurar a equidade e a justiça social dentro do ambiente escolar (Mendonça; Silva, 2015).

A evolução histórica do direito à educação demonstra avanços significativos na consolidação de legislações que garantem o acesso universal ao ensino. No contexto internacional, documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030) reforçam a necessidade de ações governamentais para assegurar que todas as pessoas tenham acesso a uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, determinando a necessidade de políticas educacionais que garantam igualdade de oportunidades e atendimento especializado para alunos que necessitam de suporte adicional (Sá; Salazar, 2020).

A legislação brasileira avançou significativamente no campo da educação inclusiva, com normativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015) trouxe importantes regulamentações para garantir o direito ao aprendizado em ambientes acessíveis e adaptados. Entretanto, mesmo com uma legislação avançada, a implementação dessas políticas enfrenta desafios práticos, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais capacitados e o preconceito estrutural presente na sociedade. A educação inclusiva não se resume apenas à presença física dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas exige uma transformação na cultura institucional e pedagógica das instituições de ensino (Rodrigues et al., 2022).

A adaptação curricular, a formação continuada de professores e o uso de tecnologias assistivas são fatores essenciais para garantir que esses alunos tenham acesso pleno ao conhecimento. Nesse sentido, a atuação do poder público na fiscalização e no financiamento de medidas inclusivas desempenha um papel crucial para a efetivação do direito à educação. Além disso, a conscientização

da sociedade sobre a importância da inclusão contribui para a construção de um ambiente educacional mais democrático e igualitário (Santana; Costa, 2020).

Apesar dos avanços normativos, persistem desafios que dificultam a plena implementação da educação inclusiva no Brasil. A falta de recursos financeiros destinados à adaptação de escolas, a carência de professores especializados e a resistência de algumas instituições educacionais em adotar práticas inclusivas são obstáculos que comprometem o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Além disso, a necessidade de um acompanhamento individualizado e de estratégias pedagógicas diferenciadas muitas vezes não é contemplada nas políticas públicas, resultando em um ensino que não atende plenamente às necessidades desses estudantes (Silva; Souza; Almeida, 2021).

A perspectiva legal da educação inclusiva exige um olhar atento para a aplicabilidade das normas já existentes e a formulação de novas diretrizes que garantam a equidade no acesso ao ensino. A experiência de países que possuem políticas educacionais bem-sucedidas pode servir como referência para o aprimoramento das práticas brasileiras. Além disso, a criação de mecanismos de controle e fiscalização mais rigorosos é fundamental para assegurar que as instituições educacionais cumpram as exigências legais e ofereçam um ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas condições (Rodrigues et al., 2022).

O fortalecimento de políticas públicas voltadas para a inclusão escolar passa também pela participação ativa da sociedade civil, das famílias e das próprias pessoas com deficiência na formulação e implementação dessas políticas. A colaboração entre diferentes setores – governo, instituições de ensino, organizações não governamentais e comunidade – é essencial para que a educação inclusiva seja efetivada de maneira eficaz e sustentável. Dessa forma, o compromisso coletivo com a educação inclusiva contribui para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial plenamente (Santana; Costa, 2020).

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as perspectivas legais que norteiam a educação inclusiva no Brasil, identificando avanços e desafios na implementação das normas que garantem o direito ao ensino para todos. A pesquisa buscou compreender de que forma a legislação educacional brasileira tem sido aplicada na prática e quais são os principais entraves que dificultam a concretização de um modelo educacional verdadeiramente inclusivo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem descritiva e de campo, com o objetivo de analisar as perspectivas legais para uma educação inclusiva e identificar os desafios enfrentados na implementação das normas educacionais voltadas à inclusão. O estudo buscou compreender a realidade prática das instituições de ensino no que se refere ao cumprimento das diretrizes legais, bem

como as percepções dos profissionais da educação sobre o tema (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Silva Domingues Júnior, 2024).

A metodologia descritiva foi escolhida por permitir um mapeamento detalhado das condições e práticas adotadas nas escolas em relação à inclusão educacional. Esse tipo de pesquisa tem como principal característica a observação, registro, análise e correlação dos fatos, sem a interferência direta do pesquisador sobre os fenômenos estudados. Assim, foi possível compreender como as normas legais são aplicadas na prática e quais são os principais entraves à sua efetivação.

A pesquisa de campo foi conduzida em instituições de ensino que atendem alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a uma amostra de 17 profissionais da educação, entre eles professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares.

A seleção dos participantes teve como critério a atuação direta ou indireta na implementação de práticas inclusivas no ambiente escolar. As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas com perguntas abertas, permitindo que os participantes expressassem suas percepções sobre a inclusão escolar, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais específicas. Já os questionários continham perguntas fechadas e de múltipla escolha, visando obter dados quantitativos sobre a estrutura das escolas, a capacitação dos docentes e a disponibilidade de recursos para a inclusão.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa revelou que, apesar dos avanços normativos, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos nas escolas. Os dados indicam que, embora exista um esforço por parte das instituições de ensino para atender às exigências legais, muitos profissionais da educação relatam dificuldades estruturais e pedagógicas na efetivação da inclusão. A falta de recursos adequados e de formação continuada são apontadas como barreiras recorrentes à oferta de um ensino verdadeiramente inclusivo.

Um dos aspectos mais evidenciados pelos participantes foi a falta de infraestrutura adaptada para receber alunos com deficiência. De acordo com os respondentes E03 e E04, "as salas de aula nem sempre possuem mobiliário adequado, e os banheiros acessíveis muitas vezes estão em condições precárias". Essa realidade demonstra que, apesar da obrigatoriedade da acessibilidade nas escolas, muitas instituições ainda não estão plenamente preparadas para atender às demandas dos alunos com deficiência.

Outro ponto crítico identificado foi a carência de materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas. Segundo E07, "nem sempre há livros em braile ou recursos digitais acessíveis para alunos cegos ou com baixa visão". Da mesma forma, E09 destacou que "a ausência de intérpretes de Libras

dificulta a aprendizagem dos alunos surdos, tornando a comunicação um grande obstáculo no ambiente escolar". Esses relatos reforçam a necessidade de investimentos em recursos que garantam uma aprendizagem equitativa para todos.

A formação dos professores também se mostrou um fator determinante para o sucesso da educação inclusiva. A maioria dos entrevistados relatou que não recebeu capacitação suficiente para lidar com alunos com necessidades educacionais específicas. Conforme apontado por E12, "muitos docentes sentem-se inseguros para trabalhar com a diversidade em sala de aula, pois não possuem formação específica sobre o tema". Esse dado evidencia a importância da oferta de cursos de capacitação continuada para os profissionais da educação.

Além da formação, o suporte pedagógico oferecido dentro das escolas foi outro aspecto mencionado pelos participantes. Muitos docentes relataram que, em diversas ocasiões, se veem sozinhos na tarefa de adaptar as atividades para os alunos com deficiência. E05 e E08 comentaram que "o ideal seria contar com profissionais de apoio em sala de aula, mas, na prática, esse suporte é raro". Essa ausência de suporte compromete a qualidade do ensino e sobrecarrega os professores.

No que se refere ao atendimento especializado, os dados indicam que muitas escolas ainda não possuem salas de recursos multifuncionais bem estruturadas. Segundo E10, "há locais onde a sala de recursos existe, mas não conta com materiais adequados nem profissionais qualificados para orientar os alunos". Essa situação reforça a necessidade de políticas públicas que assegurem investimentos contínuos para o funcionamento adequado desses espaços.

A receptividade dos demais alunos à inclusão também foi um aspecto abordado na pesquisa. Em geral, os participantes indicaram que a convivência entre alunos com e sem deficiência é positiva, mas ainda há desafios no que diz respeito ao combate ao preconceito. E02 relatou que "alguns alunos e até familiares demonstram resistência à inclusão, questionando se a presença de crianças com deficiência pode comprometer o rendimento da turma". Esse tipo de visão reforça a necessidade de ações de conscientização dentro da comunidade escolar.

Um dado relevante apontado pelos participantes foi a importância do envolvimento da família no processo inclusivo. Os entrevistados afirmaram que a parceria entre escola e família contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. No entanto, conforme destacou E06, "muitas famílias não sabem quais são seus direitos e, por isso, não exigem os recursos necessários para seus filhos". Essa realidade mostra a importância de campanhas informativas para fortalecer a participação dos responsáveis na defesa do direito à educação inclusiva.

Outro desafio identificado foi a adequação curricular para atender às necessidades dos alunos. Os professores relataram dificuldades em adaptar os conteúdos e avaliações para garantir a aprendizagem de todos os estudantes. E11 mencionou que "o currículo ainda é muito rígido e não contempla metodologias mais flexíveis que atendam às diferentes formas de aprendizagem". Essa

questão ressalta a necessidade de repensar o modelo pedagógico vigente, tornando-o mais acessível e diversificado.

Em relação à atuação da gestão escolar, os dados indicam que o comprometimento da direção é um fator determinante para o sucesso da inclusão. De acordo com E13, "nas escolas onde a gestão é ativa e comprometida com a inclusão, há mais avanços na adaptação de materiais, formação de professores e atendimento aos alunos". Esse resultado evidencia a importância do engajamento dos gestores na implementação de práticas inclusivas. A presença de profissionais especializados dentro das escolas foi apontada como um aspecto essencial para a efetividade da educação inclusiva.

No entanto, a maioria dos participantes destacou a escassez de psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos no ambiente escolar. E14 afirmou que "o atendimento multidisciplinar é fundamental para o desenvolvimento dos alunos, mas, na prática, há uma grande carência desses profissionais nas escolas públicas". Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, os participantes relataram que o preconceito e a falta de sensibilização da sociedade ainda são entraves à inclusão. E15 destacou que "a inclusão não deve ser apenas uma obrigação legal, mas sim um compromisso social.

Ainda há muita resistência e desinformação sobre o tema". Esse relato reforça a necessidade de campanhas educativas que promovam uma cultura mais inclusiva. A relação entre políticas públicas e a prática educacional também foi analisada. A maioria dos entrevistados reconhece a existência de leis avançadas sobre inclusão, mas apontam falhas na fiscalização e na aplicação dessas normativas. Segundo E16, "há muitas diretrizes no papel, mas a realidade das escolas não corresponde ao que está previsto na legislação". Esse dado evidencia a necessidade de maior comprometimento do poder público na implementação efetiva dessas políticas.

Outro ponto relevante levantado pelos participantes foi a necessidade de ampliar os investimentos na educação inclusiva. Os dados indicam que a falta de recursos financeiros é um dos principais obstáculos para a melhoria da infraestrutura e da formação docente. E17 afirmou que "sem investimento adequado, a inclusão acaba sendo apenas um discurso, sem mudanças concretas na realidade escolar".

A pesquisa também apontou que, apesar dos desafios, há experiências bem-sucedidas de inclusão em algumas escolas. Os relatos mostram que, quando há planejamento, suporte e comprometimento da equipe pedagógica, os alunos com deficiência conseguem desenvolver plenamente suas habilidades. E01 mencionou que "em nossa escola, realizamos adaptações nas atividades e utilizamos metodologias ativas para garantir que todos participem do aprendizado". Esse relato demonstra que boas práticas podem servir como referência para outras instituições.

Diante dos dados obtidos, percebe-se que a educação inclusiva ainda enfrenta entraves estruturais, pedagógicos e culturais. No entanto, os relatos dos profissionais demonstram que, com investimentos adequados e formação continuada, é possível superar esses desafios e garantir uma

educação de qualidade para todos. A análise dos dados reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas, que garantam não apenas a criação de leis, mas também sua implementação e fiscalização. Além disso, a valorização dos profissionais da educação e o fornecimento de suporte pedagógico são aspectos fundamentais para o avanço da inclusão escolar.

Por fim, os resultados da pesquisa evidenciam que a construção de uma educação inclusiva exige um esforço coletivo, envolvendo gestores, professores, alunos, famílias e o poder público. Somente com uma abordagem integrada será possível garantir que todas as crianças e adolescentes tenham acesso a um ensino equitativo e de qualidade. Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate sobre a efetivação do direito à educação inclusiva, apontando desafios e caminhos possíveis para uma implementação mais eficiente das políticas educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas legais que norteiam a educação inclusiva no Brasil, identificando avanços e desafios na implementação das normas que garantem o direito ao ensino para todos. A partir da análise dos dados coletados, foi possível compreender que, embora o país possua um arcabouço jurídico robusto voltado para a inclusão escolar, sua aplicação ainda enfrenta obstáculos significativos no contexto educacional.

Os resultados evidenciaram que a infraestrutura das escolas continua sendo um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva. Muitas instituições de ensino ainda carecem de adaptações arquitetônicas, mobiliário adequado e recursos didáticos acessíveis para atender plenamente aos alunos com deficiência. Esse fator demonstra que, apesar da legislação prever a obrigatoriedade da acessibilidade, a realidade prática das escolas não acompanha as exigências legais, resultando em dificuldades para os estudantes que necessitam de suporte específico.

Além das limitações estruturais, a pesquisa revelou que a formação dos professores é uma questão central para a implementação da educação inclusiva. A maioria dos profissionais entrevistados relatou não ter recebido capacitação suficiente para lidar com alunos com necessidades educacionais específicas, o que impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido. Esse dado reforça a necessidade de investimentos contínuos na formação docente, garantindo que os educadores estejam preparados para adotar metodologias inclusivas e oferecer um ensino adequado a todos os alunos.

Outro aspecto relevante identificado foi a insuficiência de profissionais de apoio dentro das escolas. A presença de psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e intérpretes de Libras ainda é limitada, o que compromete o atendimento individualizado necessário para alguns estudantes. Essa carência indica a necessidade de maior atenção do poder público para garantir equipes multidisciplinares nas instituições de ensino, possibilitando um acompanhamento mais eficaz do processo de aprendizagem.

A análise dos relatos dos participantes também demonstrou que o preconceito e a resistência à inclusão ainda são entraves para a consolidação de uma educação verdadeiramente equitativa. A falta de sensibilização da comunidade escolar e de algumas famílias reforça a importância de ações educativas que promovam uma cultura de respeito à diversidade. Campanhas de conscientização, formações para docentes e projetos pedagógicos voltados para a valorização das diferenças são fundamentais para transformar essa realidade.

Outro ponto analisado foi a relação entre as políticas públicas e a prática educacional. Embora a legislação brasileira seja avançada no que se refere à inclusão, os dados revelaram que a fiscalização e a aplicação efetiva das normativas ainda são deficientes. Isso significa que, na prática, muitas escolas operam sem os recursos necessários para garantir a acessibilidade e a equidade no ensino. Dessa forma, há a necessidade de um maior comprometimento dos órgãos governamentais na implementação e no monitoramento dessas políticas. Mesmo diante dos desafios apontados, a pesquisa também identificou experiências bem-sucedidas de inclusão em algumas escolas.

O comprometimento da gestão escolar, a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras e a valorização da diversidade foram fatores determinantes para o sucesso dessas iniciativas. Esses exemplos demonstram que, quando há investimento, planejamento e engajamento da equipe pedagógica, a inclusão se torna uma realidade viável e eficaz. Dessa forma, a conclusão da pesquisa aponta que, embora a legislação brasileira represente um avanço significativo na garantia do direito à educação inclusiva, sua implementação ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados.

A falta de infraestrutura, a carência de formação docente, a ausência de profissionais de apoio e a resistência cultural à inclusão são desafios que exigem respostas efetivas do poder público, das instituições de ensino e da sociedade como um todo. Para que a educação inclusiva seja plenamente concretizada, é essencial que haja um esforço conjunto entre governo, escolas, professores, famílias e comunidade. Medidas como o aumento do financiamento para adaptações escolares, a ampliação de cursos de capacitação para docentes, a contratação de profissionais especializados e a promoção de campanhas de conscientização são essenciais para que a inclusão escolar deixe de ser apenas um ideal e se torne uma prática efetiva.

Diante desse cenário, conclui-se que garantir o direito à educação inclusiva no Brasil exige não apenas a existência de leis, mas a efetiva aplicação dessas normativas no cotidiano das escolas. Somente por meio de ações concretas e contínuas será possível assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ensino de qualidade, que respeite e valorize suas potencialidades. Assim, a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa se revela um compromisso fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- LIMA, L. A. O. et al. Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>
- LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>
- Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.
- LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>
- MENDONÇA, F. L. R.; SILVA, D. N. H. A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p.508-526, jul./set., 2015
- RODRIGUES, C. S. D. et al. A formação de professores para a inclusão escolar dos alunos com deficiência. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, 2022.
- SÁ, R. N. A.; SALAZAR, L. B. Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: um estudo descritivo a partir dos relatos dos estudantes. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, n. 11, 2020.
- SANTANA, R. R. C.; COSTA, V. B. A universidade e a formação docente no contexto da inclusão escolar: uma releitura de freire e saviani. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 01–14, 2020.
- SILVA, M. R.; SOUZA, M. E. L.; ALMEIDA, V. S. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: desafios e perspectivas. **Ensino em perspectivas**, v. 2, n. 4, 2021.